

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR
À ATUAÇÃO DO ESTADO NA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS
NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS DE 2017 NA ZONA
DO PINHAL INTERIOR**

[Inquérito Parlamentar n.º 2/XIV/1.ª (PSD)]

Reunião n.º 21

23 de setembro de 2020

(17:10 h – 19:05 h)

Ordem do dia:

1. Deliberação sobre o agendamento das audições pendentes em Comissão;
2. Audição do Sr. Bruno Gomes, na qualidade de ex-vereador da Câmara Municipal de Pedrogão Grande.

Presidente da Comissão: Paulo Rios de Oliveira (PSD)

Deputados oradores: Olga Silvestre (PSD)

Ricardo Vicente (BE)

João Dias (PCP)

Hugo Costa (PS)

Paulo Leitão (PSD)

João Pinho de Almeida (CDS-PP)

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Boa tarde, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Eram 17 horas e 10 minutos.

Antes de darmos início à nossa audição, e conforme ficou acordado com os Srs. Deputados coordenadores, queria apenas discutir, aprovar ou alterar dois factos relevantes relativos aos nossos trabalhos: a suspensão dos trabalhos a coincidir com o dia da discussão na generalidade do Orçamento do Estado, que será no dia 27 de outubro, e a aprovação da calendarização dos trabalhos para as próximas semanas, em devido tempo enviada pelos serviços.

Assim sendo, e não havendo inscrições, vamos votar a suspensão dos trabalhos entre o dia 27 de outubro e o dia da discussão final global do Orçamento do Estado, que se prevê que seja no final de novembro. Seja qual for a data definida, coincidirá com a suspensão dos nossos trabalhos.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Relativamente ao novo calendário, organizado pelos serviços, para as próximas semanas, já foi enviado aos vários grupos parlamentares, sem prejuízo de podermos ter de fazer uma ou outra alteração. Os Srs. Deputados sabem bem que, quando é necessário, cá estamos todos para alterar, até porque há muitas vezes factos supervenientes que assim obrigam.

Vamos, então, votar a calendarização de base definida, sem prejuízo de ser necessário fazer alguma alteração pontual.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Esta proposta foi também aprovada por unanimidade, se é que tal era necessário, mas a democracia nunca é a mais.

Srs. Deputados, creio que estamos em condições de dar início à nossa audição, desde que estejam presentes todos os Srs. Deputados que vão intervir na audição.

Pausa.

Srs. Deputados, parece que temos quórum. Antes de começarmos, peço-vos apenas um momento para ir receber o depoente. Até já.

Pausa.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos dar início à nossa audição.

Cumprimento-vos novamente e dou as boas-vindas ao Sr. Bruno Gomes, que está aqui na qualidade de ex-Vereador da Câmara Municipal de Pedrogão Grande, a requerimento potestativo do Grupo Parlamentar do PSD. O depoente está acompanhado do seu advogado, Dr. Vítor Faria, cuja vinda a esta Comissão também saúdo.

Como é nossa norma, e muito embora tenham esta informação, dou conta do nosso modelo de audição, até para quem nos possa ouvir. Assim, esta audição funciona com três possíveis rondas: a primeira, com pergunta-resposta, dispondo cada grupo parlamentar de 8 minutos; a segunda, com 5 minutos para perguntas, por grupo parlamentar, de forma seguida, com resposta conjunta no fim; e, se necessário, uma terceira ronda, com 3 minutos para cada grupo parlamentar.

Conforme é também do vosso conhecimento, é conferido ao depoente o direito ou a prerrogativa de fazer uma intervenção inicial de

enquadramento do seu depoimento, dispondo para tal de um máximo de 15 minutos.

Sr. Bruno Gomes, começo por lhe perguntar se pretende usar da palavra ou se damos início, de imediato, à audição?

O Sr. **Bruno Gomes** (ex-Vereador da Câmara Municipal de Pedrogão Grande): — Sim, quero usar da palavra.

Boa tarde a todos os Srs. Deputados, em primeiro lugar.

O **Sr. Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Ex.^{mo} Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Ex.^{mos} Srs. Deputados: Em primeiro lugar, queiram VV. Ex.^{as} receber a expressão da minha mais elevada consideração por todos vós e o meu respeito pelos objetivos desta Comissão Parlamentar.

Como será do conhecimento de VV. Ex.^{as}, fui constituído arguido no processo que corre na Comarca de Leiria, no qual são investigados factos que reportam à atribuição e aplicação de apoios no âmbito do Fundo REVITA na sequência dos incêndios de 17 de junho de 2017, na zona do concelho de Pedrógão Grande. Este processo encontra-se em fase de julgamento e tem o seu início agendado para o próximo dia 26 de outubro, durante o qual apresentarei a minha defesa.

É objetivo desse processo o apuramento em julgamento de eventuais responsabilidades criminais, nos termos enunciados, numa acusação prolixa e muito abrangente que compreende uma pluralidade de factos que reportam à reconstrução e à reabilitação de construções afetadas pelos incêndios suprarreferidos, sitas no concelho de Pedrógão Grande, e às circunstâncias em que ocorreram situações que podem envolver o meu conhecimento e/ou

a minha intervenção, direta ou indireta, e a qualidade e a natureza, nos diversos momentos, a que esta se circunscreve.

Pode dizer-se que tudo o que sei sobre este tema é também tema do processo-crime e consta, direta ou indiretamente, da tabela acusatória e que todas essas matérias serão por mim abordadas em sede de defesa. Neste conspecto, e considerando o que antes disse, sempre reforçando o respeito por VV. Ex.^{as} e pela função que nesta Comissão vos está cometida, invocarei aqui a meu favor as prerrogativas legais que me são concedidas pelo artigo 61.º, n.º 1, alínea *d*) e pelo n.º 2 do artigo 132.º, ambos do Código do Processo Penal, para me remeter ao silêncio ou recusar resposta perante todas as questões que me forem dirigidas pelos Ex.^{mos} Deputados e que respeitem, direta ou indiretamente, a factos vertidos na acusação pública ou que possam vir a ser objeto amplo da minha defesa criminal ou com ela contender.

Quero terminar esta curta intervenção acentuando que a minha intervenção no processo dos incêndios, muito esforçada e com sacrifício pessoal e familiar, como funcionário camarário, vereador e, sobretudo, como cidadão, visou, acima de tudo, o interesse na reconstrução de Pedrógão Grande para apagar os vestígios do drama que se abateu sobre o concelho. Esta intervenção foi marcada por uma pressão esmagadora proveniente de todos os setores da política do Estado e dos protagonistas ao mais alto nível, pela pressão dos *media*, da população enlutada, dos dramas familiares, da indefinição de critérios e perante o olhar expectante de um País devastado e desmoralizado.

Tudo fiz sem quaisquer ambições políticas, ressabiamentos de qualquer natureza ou propósitos de projeção mediática. Saio deste processo, independentemente do seu desfecho, que espero seja a meu favor, de consciência tranquila e de mãos limpas, como ressalta do despacho de arquivamento prévio à acusação proferida no processo criminal, do qual expressamente consta que não resultou da investigação, que foi muito

intensa, ter sido por mim recebido qualquer benefício ilegítimo ou contraprestação indevida.

Muito obrigado por me terem ouvido.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Bruno Gomes.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, embora seja do conhecimento de todos, quero dar-vos conta de que este depoente, com o estatuto de arguido, goza de um conjunto de direitos, nomeadamente do direito de não responder sobre factos que constem, direta ou indiretamente, da acusação que lhe foi dirigida num processo que, como todos sabemos, é muito recente e tem julgamento marcado. Além do mais, nesta Comissão, por aplicação extensiva do Código de Processo Penal, qualquer depoente goza do direito de não depor ou de não se pronunciar sobre factos que, eventualmente, o possam incriminar.

Por outro lado, quero dizer-vos que se, formalmente ou muito formalmente, não está comprovada na Comissão a qualidade de arguido do nosso depoente, parece-me que, usando um termo legal, os factos notórios quase não carecem de ser demonstrados. De todo o modo, ficaria grato se mais tarde nos pudessem fazer chegar o documento comprovativo da qualidade de arguido para o acervo da Comissão.

Entretanto, com estas limitações e com este condicionamento que o nosso depoente impõe a si mesmo — compreendamos que ele tem tanto direito de falar como de não falar em relação a um conjunto de factos —, está aberta a nossa audição. Quem inicia a primeira ronda é o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, porque este depoente foi indicado potestivamente pelo PSD, e, assim sendo, dou a palavra à Sr.^a Deputada Olga Silvestre.

Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Bruno Gomes, Dr. Vítor Faria, eu também sou do distrito de Leiria e é um gosto tê-los aqui. Em nome do PSD, quero dizer que o partido enaltece e engrandece bem o trabalho dos autarcas do nosso País, porque o PSD é muito focado nos autarcas e daí que reconheça a sua importância.

Também relembramos que o objeto desta Comissão de Inquérito é apurar a atribuição dos apoios do Estado na sequência dos incêndios de 2017. Trata-se, portanto, de apurar a responsabilidade política e não de apurar qualquer responsabilidade criminal ou civil, essa sim, que é relegada para os tribunais, pois não é esse o âmbito por que estamos nesta Comissão.

Prestamos também a nossa homenagem às vítimas dos incêndios e às suas famílias. Reconhecemos a importância daquela região e também a tragédia que aconteceu, daí prestarmos a nossa solidariedade a todas e a todos, em particular aos pedroguenses e à terra de onde o Sr. Bruno Gomes é natural e residente.

Importa também dizer que o PSD reconhece a importância das segundas habitações para qualquer região, em particular para a região do interior, porque as segundas habitações são muitas vezes o motor de desenvolvimento e de economia daquelas localidades.

Posto isto, e na sequência das declarações iniciais do depoente, que desde já agradecemos, tenho uma pergunta para lhe fazer, que é a seguinte: o senhor não vai responder a nenhuma questão que lhe seja colocada?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Bruno Gomes.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Relativamente a matérias que estejam sob investigação, relativamente às habitações, não vou responder. Relativamente a outras matérias, estou à-vontade.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra para prosseguir.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Obrigada, Sr. Presidente.

Então, no seguimento desta resposta, o PSD vai iniciar a sua ronda de perguntas, sem prejuízo de não responder àquelas que o senhor entender que são do âmbito da investigação, embora nós entendamos que não, mas está no seu direito.

Começo por dizer que, no fim de 2017, o senhor escreveu uma carta aos pedroguenses, em que nessa carta dizia, entre outras coisas — e eu vou citar apenas algumas partes — o seguinte: «Há cerca de 12 anos, entrei para a política e saio neste momento. Não sou candidato nas eleições autárquicas de 2017 por opção própria e devido a questões familiares, pessoais e éticas». Ainda na carta, diz: «Não perdi o gosto pela política, mas também não a vejo com os mesmos olhos. Hoje, vejo-a como uma atividade por vezes sem ética e capaz de destruir princípios e amizades». Também descreve, na mesma carta, o seu mandato como «de conflito e meias verdades».

Gostava que concretizasse, exatamente, a que se estava a referir nesta carta.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Bruno Gomes.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Relativamente a essas palavras, em primeiro lugar, tenho a acrescentar que perdi todo o gosto pela política. É uma coisa que posso assegurar, até por questões familiares, que jamais voltaria à política. Porquê? Porque Pedrógão já tinha um grande incêndio. Aquilo a que assistimos antes do fogo de junho, na sociedade pedroguense, já era uma espécie de guerra civil, muitas vezes entre pessoas que estiveram nos mesmos partidos, isto é, pessoas que eram amigas e que, a dado momento,

seguiram a sua vida de forma diferente. Cada um tem a liberdade de seguir a sua vida de forma diferente e aquilo que eu disse nessa carta é que não tenho de viver as guerras dos outros.

Os pedroguenses não têm de viver as guerras de determinadas pessoas, muito menos as guerras políticas, e aquilo a que assistimos é que Pedrógão evoluiu para uma espécie de guerra que deixou de ser política, passou a ser pessoal e se transformou em ódio. Hoje, o concelho de Pedrógão vive em ódio.

Com esta tragédia podíamos ter-nos unido, mas, infelizmente, o que aconteceu foi que não nos unimos e continuamos, neste momento, desunidos. E o que acontece em Pedrógão — em que, tal como num divórcio, a culpa é dos dois, isto é, a culpa nunca é só de uma parte, é sempre das duas — é que, se calhar, todos os que lá estão têm de pensar de forma diferente, sobretudo as pessoas que têm obrigações políticas, seja de uma parte, seja de outra. O que vi, a dado momento, foi que aquilo estava a ir por um caminho ao qual eu não quis pertencer, do qual me afasto e me afastei para sempre.

Há momentos na vida, sobretudo quando vivemos uma tragédia, em que não vale tudo, sobretudo quando há uma tragédia em que temos pessoas... Vou dar-lhe este exemplo: quando há pessoas que habitam a nossa casa e que deixam de a habitar porque morreram, quando temos crianças como a melhor a amiga da minha filha, que deixou de o ser... Devíamos pensar que naquele momento não vale tudo, porque nós também somos pequenos.

Sinceramente, há coisas que deveríamos ter aprendido. Se calhar, devemos fazer uma pausa, deixar de olhar tanto para nós, sobretudo quem lá está, e pensar naquilo de que Pedrógão precisa, porque não é só Pedrógão que paga, pagamos todos. Paga a região, paga o distrito, paga o País. Quando escrevi essa carta foi com esse sentimento de que há coisas às quais não quero pertencer e não vou pertencer mais.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado pela resposta.

Sr.^a Deputada, tem a palavra para prosseguir.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Obrigada, Sr. Presidente.

Se pudesse, gostava que concretizasse qual é a razão para a desunião de que fala e, também, que dissesse a que é que se refere concretamente quando diz que não vale tudo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Bruno Gomes.

O Sr. **Bruno Gomes**: — O que quero dizer é que, numa tragédia tão grande como a que vivemos, por exemplo, nem a Câmara não pode estar de costas voltadas para a Associação de Vítimas nem a Associação de Vítimas pode estar de costas voltadas para a Câmara; nem a sociedade pode estar contra a Câmara, nem a Câmara pode estar contra a sociedade. E foi isso a que assistimos, de uma parte ou doutra, durante muito tempo. Se calhar, nesta fase, com o passar do tempo, isso começa a esbater-se, mas ainda há essa fricção. Acho que está a diminuir, mas também me custa que só vá diminuir com a passagem do tempo. Isto é, se calhar, daqui a cinco anos já estamos todos melhor e começamos a falar uns com os outros. Mas teremos de esperar cinco anos ou 10 anos, para ser o tempo a colmatar estas diferenças?

No fundo, é isso que acontece e sentimos que ainda acaba por haver uma divisão entre as instituições.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, faça favor de continuar.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — O senhor referiu que a Câmara está, ou esteve, de costas voltadas para a Associação de Vítimas. Por que razão?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Bruno Gomes, tem a palavra para responder.

O Sr. **Bruno Gomes**: — O que eu disse foi vice-versa. Isto é, tivemos situações em que as pessoas não se sentaram e, do que me apercebi, na altura, seria tanto de uma parte como da outra. Até posso estar errado, mas a sensação que tenho é a de que, durante muito tempo, pura e simplesmente, as partes não se falavam.

A meu ver, em Pedrógão, as pessoas têm de ultrapassar determinados problemas que ocorreram e que, no fundo, sob muitos aspetos, não nos deixam perder a dor.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Bruno Gomes.

Sr.^a Deputada, tem a palavra para prosseguir.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Sim, só o tempo é que ajuda a adormecer a dor.

Mas presumo que o objetivo da Câmara e o da Associação sejam o mesmo, unir-se em torno da tragédia e minimizar o mais possível o sofrimento das vítimas, não concorda?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, por favor.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Concordo em absoluto, mas, para isso, as pessoas têm de se sentar e falar, porque se não o fizerem, tanto de uma parte como da outra, e continuarem a sair das reuniões só a dizerem aquilo que pensam que é mau, de um lado e do outro... Isto é, não falam da parte boa e transmitem, sobretudo, a parte má, seja de uma parte, seja da outra. Acho

que o que falta é, sobretudo, as pessoas sentarem-se e falarem daquilo que é bom para o futuro.

O Sr. **Presidente**: — Pode prosseguir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — O Sr. Bruno Gomes integrou os órgãos sociais tanto da Santa Casa da Misericórdia como da Associação de Bombeiros de Pedrógão Grande e refere ter saído porque integrou o Executivo da Câmara, dizendo que esta relação se mostrou incompatível.

Pergunto: a relação foi sempre incompatível ou apenas o foi desde o dia 17 de junho de 2017?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Bruno Gomes.

O Sr. **Bruno Gomes**: — O que lhe posso dizer é que, se calhar, antes de assumir qualquer função política pensava que poderíamos estar nas duas instituições. Na prática, enquanto fui vereador — sem delegação de competências, porque nunca assinei, nunca pude prestar a 100% aquele que seria o papel de vereador —, apercebi-me de que, sobretudo em pequenos concelhos, não podemos votar a matéria onde estamos.

Muitas vezes, acabamos por ser — e fui isso que senti durante um ano e tal, dois anos — quase como uma ponte, mas da parte negativa. Podemos ser uma ponte da parte positiva, que transmite coisas positivas de um lado para o outro, dizendo quais são as necessidades e as dificuldades, mas outras vezes servimos como uma espécie de guerra. Essa foi uma das situações pela qual também saí e, hoje em dia, a minha opinião é de que quem vai para vereador não deve fazer parte de nenhuma associação, sinceramente. E porquê? Porque acaba por haver um choque entre aquilo que a pessoa que está numa instituição quer e aquilo que a câmara quer.

Posso dizer-lhe que, se calhar, quando estive nos bombeiros e fui vereador até houve um grande aumento em termos de transferência de verbas para os bombeiros, face a anos anteriores, mas, na prática, foi nesses anos que houve o pior relacionamento entre instituições.

Aquilo em que podemos ajudar, sobretudo quem quer estar na parte positiva, é não nos deixarmos cair numa situação, como às vezes estávamos, de ter de ouvir de um lado e do outro e, depois, servir como um pêndulo negativo. Temos de nos abstrair disso e o que eu fiz foi sair do confronto que, na altura, se formou entre as duas partes.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Olga Silvestre, faça favor de continuar.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Obrigada, Sr. Presidente.

Sendo que a lei não refere que haja incompatibilidade entre esses cargos, se pudesse, gostaria que concretizasse por que razão, efetivamente, saiu.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

O Sr. **Bruno Gomes**: — O que lhe posso dizer é que saí porque as direções das instituições e da Câmara, que se davam bem, passaram a dar-se mal, e eu não tenho de me pôr numa guerra que não é minha, sobretudo quando são questões pessoais. E, infelizmente, quem paga é o concelho, pagamos todos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para prosseguir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Obrigada, Sr. Presidente.

Ainda na referida carta, o senhor faz uma extensa lista de agradecimentos e identifica aí algumas pessoas, mas não faz, nunca, nenhuma referência ao Sr. Presidente da Câmara de Pedrógão Grande, Valdemar Alves. Foi por alguma razão?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Bruno Gomes.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Sim, porque eu não quis participar na ação política. O que eu fiz foi sair e, então, nunca apareci em lado nenhum, nunca estive em qualquer sessão, nem de um partido nem de outro, nunca participei. Só escrevi isso e, atenção, porque nessa carta também disse que poderia ter escrito mais coisas que não escrevi, exatamente porque, naquele momento, não quis, nem eu nem a minha família, participar de uma forma ativa.

De certa forma, eu estava triste com toda a situação que estava a acontecer. Sempre fui uma pessoa que apenas trabalha para que as coisas corram bem, sobretudo pela minha terra. Não ando a pôr areia na engrenagem, nem nunca a tentar que, de uma forma ou de outra, alguém ficasse mal para que eu ficasse bem, antes pelo contrário. Ou pratico o bem ou então passo ao lado e, pura e simplesmente, fecho os olhos. Não faço esse tipo de situações e, por essa razão, abstive-me, tal como a minha família, de qualquer ação política naquele ano.

Se eu escrevesse alguma coisa que dissesse bem ou mal do Presidente Valdemar ou que dissesse bem ou mal das outras pessoas a quem gostava de agradecer quando era vereador do PSD, estaria a interferir e a dar a minha opinião. O que fiz foi abstrair-me na totalidade e, por isso, não falei.

Mas eu disse nessa mesma carta, e volto a dizer, que havia pessoas e outras situações que gostaria de dizer e que não disse por essa razão.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Ainda em matéria de agradecimentos, o senhor também agradece à atual Ministra Ana Abrunhosa, então Presidente da CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro), como «a mulher que deu a mão a Pedrógão Grande na sua maior tragédia».

A pergunta é esta: qual foi o papel da Presidente da CCDRC no pós-17 de junho?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Bruno Gomes, tem a palavra para responder.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Relativamente a essa matéria, como se trata de uma pessoa envolvida no processo, não vou prestar qualquer declaração. Ela também é testemunha no processo que tenho e, nesse sentido, não quero dizer algo que, posteriormente, possa ser usado contra mim.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, pode prosseguir.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Sendo testemunha não é arguida, e a minha questão vem no seguimento da carta que o senhor escreveu abertamente, onde refere isso.

Vou reformular a pergunta: qual foi o papel que a Dr.^a Ana Abrunhosa teve em Pedrógão, na sequência dos incêndios?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Bruno Gomes, agora com a pergunta reformulada.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Vou apenas responder relativamente a uma parte que lhe posso dizer. Nas primeiras três semanas a seguir à tragédia, ela

foi uma pessoa a quem todos os pedroguenses devem dizer «obrigado». Relativamente a tudo o resto e ao que se passou a seguir, fez o seu trabalho, o qual pode ter algum relacionamento comigo e com tudo o que se passou, pelo que não me vou pronunciar. Mas, sobretudo nas primeiras três semanas, em 21 dias, se calhar estive lá 15 ou 18 dias. Não vou dizer que estive lá os 21 dias porque ela também tem vida, tem família.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, pode prosseguir.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — À data dos incêndios, já todos aqui percebemos, o senhor era vereador. Que pelouros tinha atribuídos?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Bruno Gomes.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Como eu disse há pouco, fui vereador sem delegação de competências. Não tinha pelouros na área da floresta, nem do ambiente, nem da proteção civil e posso dizer-lhe que sinto — e o que se passou foi uma aprendizagem — que a partir do dia 17 de junho não houve pelouros, não houve nada. No fundo, nós apenas servíamos.

Por exemplo, posso dizer-lhe que um dos pelouros que eu tinha era o da educação e, a partir daquele momento, quem também trabalhou naquela área foi a vereadora Margarida, que era, na altura, da oposição.

Naquele momento, todos os problemas que tínhamos, tudo o que havia... Nunca senti que tivesse verdadeiramente pelouros, porque não podia assinar, não podia responsabilizar-me e nunca assinei nenhum ofício que dissesse «Vereador Nuno Gomes». Nesse sentido, o que lhe posso dizer é que quando aconteceu o fogo muito menos senti isso, porque, no fundo, estávamos todos a trabalhar e estava sempre a faltar muita gente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — O que acabou de responder entra em contradição com o que escreveu na citada carta. Aqui diz, designadamente, que tinha vários pelouros e vou só identificar dois: nas obras particulares e no urbanismo e ordenamento do território.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para esclarecer, Sr. Bruno Gomes.

O Sr. **Bruno Gomes**: — O que eu disse foi que tinha pelouros, e esses também eram meus, mas que nunca assinei e nunca fiz um despacho sobre uma obra particular. Nunca pude dizer «o vereador concorda» uma única vez. Nunca dei uma autorização de licença de utilização, quanto mais a uma construção, uma informação prévia. Isto é, temos pelouros, mas, como não havia delegação de competências, pura e simplesmente, isso não passava por mim.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Então, a pergunta que se impõe é esta: quem é que assinava, no caso de assuntos relacionados com obras particulares ou com o urbanismo e ordenamento do território, por exemplo?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Bruno Gomes, faça favor.

O Sr. **Bruno Gomes**: — O Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Presumo, mas não tenho a certeza, que a sua profissão antes de ser vereador era a de técnico da Câmara Municipal. Confirma?

O Sr. **Bruno Gomes**: — Sim, sou funcionário público. Sou técnico da Câmara Municipal em gestão do território.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, pode prosseguir.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Está na área da gestão do território. É isso?

O Sr. **Bruno Gomes**: — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Na sequência dos incêndios foi criado o Gabinete Operacional de Recuperação e Reconstrução (GORR). Quando é que ele foi criado e por quem?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, por favor.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Relativamente a esse assunto não me pronuncio, porque também consta do processo.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, pode prosseguir.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — O senhor fazia parte deste Gabinete?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Bruno Gomes.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Relativamente a esse assunto não vou pronunciar-me. Peço imensa desculpa.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, pode prosseguir.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Se eu lhe perguntar mais alguma coisa sobre este Gabinete o senhor não responde. É isso?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Bruno Gomes.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Relativamente a esse assunto, não vou responder. Peço desculpa.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, pode prosseguir.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Sr. Presidente, em função disto — e como, para o PSD, esta é uma matéria da maior relevância —, requeremos à Mesa que solicite a composição do GORR à Câmara Municipal de Pedrógão Grande.

O Sr. **Presidente**: — Iremos officiar a câmara nesse sentido.
Faça favor de prosseguir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Como se desenrolava o processo de atribuição de subsídios na sequência dos incêndios? Como é que o processo se iniciava e qual era o procedimento até à fase final da atribuição dos subsídios?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Bruno Gomes.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Isso dos subsídios tem a ver com as habitações, não é? Não sei qual o tipo de subsídios...

O Sr. **Presidente**: — Quer esclarecer, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Não são só para habitações. Há também subsídios no âmbito da agricultura e outros...

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr. Bruno Gomes.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Relativamente aos subsídios para a agricultura, o que sei é que houve um aviso no sentido de as pessoas se candidatarem e acho que a Câmara de Pedrógão foi a primeira a receber uma sessão. Não estive presente no início dessa sessão, mas fui lá depois, durante 15 minutos, e gostava de vos descrever a todos como ela foi.

Essa sessão decorreu na Casa da Cultura da Câmara Municipal de Pedrógão Grande. Não sei se conhecem o edifício — acho que há pessoas que talvez já lá tenham estado —, mas tem 166 lugares e estariam cerca de 300 pessoas lá dentro, pelo menos, e talvez mais 200 pessoas do lado de fora. Estaria lá a Dr.^a Alcina — Alcina ou Adelina, esqueço-me do nome —, da Direção Regional de Agricultura e Pescas, com mais três ou quatro técnicos. Era quase uma batalha campal, em que os técnicos não conseguiam falar e havia uma pressão brutal por parte das pessoas. Durante uma hora não se conseguiu começar, até que alguém falou e aquilo foi dividido em duas sessões.

Posteriormente a tudo isso, foi divulgado que também haveria outras sessões noutros concelhos. Depois, houve um esforço e um período muito grandes para as pessoas se candidatarem. Posso inclusivamente dizer que, em quase todas as pessoas de quase todas as aldeias, só por lapso... Houve ali um erro qualquer e algumas pessoas não receberam o subsídio da parte agrícola, mas à esmagadora maioria da população de Pedrógão, Figueiró e Castanheira houve um apoio maciço.

O que quero dizer é que quase todas as famílias que perderam com aquilo receberam. O Ministério da Agricultura esteve lá dois ou três dias, com os técnicos a ajudarem as pessoas mais idosas ou pessoas que tinham dificuldades e não tinham família que as ajudassem a preencher os impressos, mas houve um dia em que não correu muito bem e, então, mais tarde, houve a abertura de um novo dia porque havia pessoas cujos impressos não seguiram, não entraram na plataforma. Então, essas pessoas foram lá entregá-los novamente.

Posso dizer que a esmagadora maioria das pessoas recebeu porque havia três escalões. Basicamente, havia um escalão, na agricultura, até aos 1050 €, penso eu, que foi pago pela segurança social e um segundo escalão, entre os 1050 € e os 5000 €, que acabou por ser pago pelo REVITA, sendo que, inicialmente, nem sequer estava previsto esse pagamento. Se calhar, isso também acabou por levar a que houvesse um reforço da verba por parte do Estado, porque, inicialmente, tanto quanto me apercebi, naqueles três concelhos estariam à espera de pagar entre um milhão e meio e 2 milhões de euros, mas o pagamento em subsídios agrícolas foi para os 4 milhões de euros, pelo menos. Isto demonstra que, naqueles concelhos, quase toda a gente recebeu, embora, e volto a dizer, houve algumas pessoas que não receberam porque faltou qualquer coisa. Foram situações pontuais.

Um dos problemas que houve foi o de muitas pessoas com prejuízos acima dos 5000 € — na ordem dos 15 000 €, 20 000 €, 25 000 € ou 30 000

€ —, em vez de fazerem uma candidatura ao PDR (Programa de Desenvolvimento Rural), numa zona muito rural e com muitas dificuldades, preferirem receber aqueles 5000 € a estar com burocracias. Acho que há apenas 16, 17 ou 18 pessoas acima dos 5000 €, mas temos 1000 ou mais de 1000 pessoas apoiadas até aos 5000 €. Por que razão só temos 18 pessoas acima dos 5000 €? Porque as pessoas quiseram fugir todas à burocracia e posso dizer-lhe que, daqueles 18, se calhar, 17 pensaram para o conseguir e ainda hoje há pessoas a concluir esses processos, porque não estão todos concluídos. E porquê? Porque quando uma pessoa vai fazer a candidatura tem de apresentar um projeto na Câmara, depois tem de ter um projeto de arquitetura e tem de ter a especialidade de estruturas ou de eletricidade. As pessoas não estavam à espera disso, muito menos pessoas de 60, 70, 80 anos. Quando viram essa situação, à última hora, quem pôde ficar abaixo dos 5000 € fez isso.

Outra situação tem a ver com os tratores. Uma candidatura para um trator novo custa 20 000 € ou 25 000 € e o que as pessoas têm é um trator velho, que, na maior parte das vezes, já compraram na ordem dos 3000 €, 4000 €, 5000 €, 6000 €, 7000 €, e para fazer a candidatura têm de pôr uma parte. Isto é, a pessoa não precisa de um trator novo, topo de gama, porque só o usa meia dúzia de horas por semana ou de x em x horas, daí que muita gente tenha preferido ficar dentro do escalão dos 5000 €. Se fosse um bocadinho mais, até aos 7000 € ou 8000 €, até poderia ser bom, mas o que me parece é que o Estado e as pessoas que estavam à frente daquilo também não estariam à espera que houvesse...

No fundo, o processo foi fácil. Se perguntassem às pessoas se a candidatura foi fácil ou não elas diriam que foi fácil. Porquê? Porque não foi um PDR, foi um processo que o Estado assumiu através dos donativos e, nesse sentido, para a maior parte das pessoas, essa resolução foi bastante simples e houve até alguma satisfação. Posso dizer-lhe que houve até

irritação daquela meia dúzia de pessoas que não receberam porque não viram, porque deixaram passar o prazo ou porque o processo não entrou. E porquê? Porque, realmente, o processo foi bastante fácil em termos de candidatura, por não ser um PDR.

Volto a dizer que, nos 17 dos 18 que fizeram o PDR, de certeza que as reclamações que chegavam à Câmara eram porque as pessoas tiveram essas dificuldades, exatamente porque não estavam à espera dos licenciamentos nem desses problemas todos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — O senhor referiu que o processo foi fácil e eu pergunto: depois da atribuição desses subsídios para os agricultores havia fiscalização concreta do prejuízo no terreno?

O Sr. Presidente: — Sr. Bruno Gomes, faça favor.

O Sr. Bruno Gomes: — Naquele caso deveria haver duas fiscalizações: para ver se a pessoa perdeu o bem e se aquele era, ou não, o bem. Penso que boa parte disso foi feito, mas a outra parte não sei se tiveram condições para a fazer. Não sei porque não acompanhei, eram os técnicos do Ministério da Agricultura... Sei que, às vezes, nos diziam e ouvíamos dizer que eles vinham da Guarda, da Covilhã, de Coimbra ou de outros lados, que «caíam» ali e depois iam com as pessoas. Não sei. Nessa parte não posso dizer se houve ou não fiscalização.

A ideia que tenho — e tenho familiares que foram apoiados — é a de que, em alguns casos, o técnico foi lá ver, mas houve um caso em que nunca foi.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, faça favor de prosseguir.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — O senhor teve alguma intervenção ou participação no Fundo REVITA?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Relativamente a essa matéria, como faz parte da acusação, não vou responder.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — O senhor acha justo que 58% do Fundo REVITA tenha sido canalizado para a agricultura e a outra percentagem para as habitações?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Não. Acho que violaram os critérios. Relativamente a essa parte não quero falar, mas não acho justo.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, queira prosseguir.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Pode concretizar porque é que não acha justo?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Bruno Gomes, faça favor.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Porque o Estado central deveria ter assumido esse pagamento e, volto a dizer, não através do PDR. Uma das coisas que posso dizer relativamente à agricultura, sobretudo relativamente à agricultura de subsistência, é que este tipo de apoios sem burocracia, no futuro, seria uma coisa extraordinária. Isto é, um valor baixo a dar ao proprietário, porque, e volto a dizer, um proprietário com 70 ou 80 anos não quer um trator novo. Ele só quer um velhinho, pequenino, que faça aquilo que ele já não pode fazer com as pernas.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, faça favor de prosseguir.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Sobre os bens que foram doados em espécie, o relatório da auditoria do Tribunal de Contas refere que não foram integrados no Fundo REVITA e deveriam tê-lo sido. Por que razão?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Bruno Gomes, tem a palavra para responder.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Antes de responder a essa questão vou responder a outra.

Os 19 camiões de material que uma empresa imobiliária deu à Câmara de Pedrógão nunca apareceram e não constam em lado nenhum. Pura e simplesmente, quando investigou, a Polícia Judiciária chegou à conclusão de que não havia 25 ou 15 casas de banho e 15 cozinhas, porque a senhora enganou-se no *e-mail* que fez e em vez de pôr «1» pôs «19», mas nem esse «1» chegou à Câmara de Pedrógão. Isso está no despacho de arquivamento do processo no qual a Câmara foi investigada, no DCIAP de Coimbra, mas a verdade é que os jornais todos disseram que havia 19 camiões de material que iam para a Câmara de Pedrogão.

Andámos todos, eu e os meus colegas, a ver onde é que eles tinham entrado, se no Regimento de Leiria, se no Regimento de Santarém, se em Castelo Branco, na NERCAB (Associação Empresarial da Região de Castelo Branco), mas, esses 19 camiões, nunca os conseguimos encontrar. Depois, chegámos à conclusão de que a funcionária dessa imobiliária se enganou, o que originou uma investigação. Nesse sentido, ainda bem que a senhora o reconheceu, apesar de nunca ter feito um pedido de desculpas.

Relativamente à questão do REVITA não me vou pronunciar.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra, mesmo para terminar.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — O PSD não estava a referir-se concretamente a esses bens, a esses camiões que o senhor referiu. Mas, já agora, na atribuição ou na distribuição desses bens qual era o critério utilizado?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Bruno Gomes, tem a palavra para responder.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Relativamente aos bens que deram, deve ser o Sr. Presidente da Câmara Municipal a responder, porque ele é, no fundo, o representante máximo da autarquia.

Posso dizer-lhe que a Câmara tem um local seguro onde, tanto quanto sei, guarda esses bens e que, por exemplo, havia situações em que as pessoas lesadas pelo fogo pediram à Câmara e receberam consoante o pedido que fizeram. Posso ainda dizer que havia uma casa de voluntariado que foi a única a receber materiais, por ser de voluntariado. É uma casa extraordinária, feita por cento e tal, 200, 300 ou 400 pessoas, apenas com voluntariado.

Mas peço desculpa por estar a falar, porque não quero falar sobre o processo.

O Sr. **Presidente**: — Terminada a ronda de perguntas do PSD, dou a palavra...

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Sr. Presidente, só mesmo para concluir, tenho uma outra questão.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem a palavra, mas é mesmo para concluir.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Obrigada pela tolerância, Sr. Presidente.

No relatório do Tribunal de Contas fala-se em falta de transparência, falta de controlo e insuficiência na gestão de riscos éticos. Concorda com isto?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Relativamente a esses factos não vou dar a minha opinião por causa do processo. Peço desculpa.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, com igual tolerância, é a vez das perguntas do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Vicente.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Obrigado, Sr. Presidente.

Quero, em primeiro lugar, agradecer ao Sr. Bruno Gomes pela disponibilidade para prestar declarações nesta Comissão e para se ter dirigido aqui hoje. Quero ainda manifestar a total solidariedade do Bloco de Esquerda com as populações afetadas pelos incêndios de Pedrógão Grande e de outros concelhos, em 2017. Foi uma grande calamidade e todos nós temos o dever de nos mobilizar e de tomar medidas para o prevenir futuramente, porque, infelizmente, a política pública do passado não foi suficiente para evitar que esta catástrofe tivesse ocorrido.

Quero também lamentar que, aos dias de hoje, ainda não tenham sido tomadas medidas estruturais para transformar a floresta e o sistema de proteção civil com a amplitude necessária para que os riscos se reduzam. Ainda hoje muito trabalho está por fazer e a Assembleia da República deve tomar a iniciativa de apresentar propostas, a par de outras iniciativas que o Governo possa tomar.

Lamentado o sucedido, quero deixar-lhe algumas questões, sendo que, pelo que percebi, não nos vai dar respostas a respeito da reabilitação de habitações. Em relação à reposição do potencial produtivo, pergunto-lhe se houve medidas de apoio público para essa reposição nestas áreas ardidas. Ou seja, tem conhecimento da aplicação de dinheiros públicos, de forma indevida, no restabelecimento de potencial produtivo nas áreas agrícolas e florestais?

Mais: considera que as medidas aplicadas para apoiar as populações foram suficientes ou insuficientes? Perante a sua insuficiência — imaginando que seja esse o seu posicionamento —, que medidas concretas estão em falta para que estas populações vejam a sua vida minimamente restabelecida?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Bruno Gomes.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Relativamente às questões de dinheiros na parte das florestas, começando por aí, penso que não houve qualquer apoio. A meu ver, talvez fosse isso que ficou por fazer.

Temos grandes produtores florestais, como por exemplo o Sr. Victor Managil, que era o maior produtor de pinho... pinho com 30 anos. Ele comprou grandes propriedades naquela zona, que arderam quase todas agora, tal como arderam há 30 anos, e ele estava a resinar há dois anos. Isto é, quando toda a gente apostou na plantação de eucalipto, aquele senhor, que também tem uma área muito grande de eucalipto, apostou numa floresta mista, neste caso com pinheiro. Ele, que é um senhor extremamente forte, psicologicamente foi-se muito abaixo, porque viu mais de uma centena de hectares de pinho... Que me recorde, ele era a única pessoa em Pedrógão, e na zona, a fazer extração de resina. Andou 30 anos à espera para começar a produzir e naqueles dias, pura e simplesmente, viu... Se calhar, a partir daí... Se até àquele momento plantava eucaliptos, se pudesse, plantava eucaliptos o resto da vida.

Por isso, para as pessoas que têm propriedade florestal houve, na parte final, a criação de uns parques, mas que não resultou, a meu ver. Se há perdas de rendimento das pessoas, isso tem a ver com a floresta e, nesse sentido, a meu ver, não houve nenhuma medida que pudesse minimizar essas perdas, como houve na agricultura. As pessoas estão à espera do que possa vir por aí que as possa ajudar, até porque, neste momento, em termos de plantação, às vezes há anúncios de campanhas ou de apoios a outras plantações... Por exemplo, em Pedrógão, no último ano, há dois senhores que estão a plantar castanheiros. Um tem cerca de sete hectares — e essa pessoa até já esteve nesta Comissão — e o outro, que já tinha dois hectares, plantou mais cinco ou seis em volta de uma aldeia. Esse tipo de situações poderá ser muito útil

e, se houver mais candidaturas, tenho a certeza de que haverá mais pessoas a fazerem isso.

Em termos de apoios florestais não posso dizer que houve más aplicações, porque acho que houve pouco ou nada.

Na parte agrícola, posso dizer-lhe que houve duas dificuldades. Primeiro, a meu ver, não se esperava um tão elevado número de pedidos. Ninguém esperava aquilo, nem as câmaras, só quando perceberam que já havia aquele número de pedidos. Depois, acho que não houve capacidade, em termos administrativos, para responder ao que as pessoas pediram.

Posso dizer-lhe que, numa altura, ouvi dizer que a Câmara tinha um fundo, que depois acabou por transferir para o REVITA, que iria dar, por exemplo, para a reconstrução dos barracões agrícolas, que era uma situação em que muita gente tinha prejuízos. Mas, depois, chegou-se a este problema: pedimos ao Ministério da Agricultura que nos dissesse quem é que recebeu barracões agrícolas, para não haver duplicação, mas 80% ou 90% dos processos não estavam digitalizados, ou só na parte final é que a Direção Regional da Agricultura começou a comunicar às pessoas que estava a pagar oliveiras e tratores, mas que não pagou o anexo agrícola.

Isto é, podia acontecer a Câmara estar a pagar-lhe a si... Por exemplo, imagine que lhe davam 2000 €, através de candidaturas, para um barracão agrícola e, afinal, você tinha recebido o barracão agrícola, mas, depois, um outro senhor, que tinha 20 000 €, só recebeu o trator, mas não pôs o barracão agrícola...

Pelo facto de não haver, por parte do Ministério da Agricultura, uma decisão no sentido de comunicar a toda a gente o que é que estava a pagar, mesmo que houvesse pessoas que quisessem contribuir com mais, no fundo, também não era possível evitar essas duplicações, daí que houvesse essa dificuldade... Depois, também houve gente... Por exemplo, em Pedrógão, houve um senhor da Alemanha que arranjou um donativo e trouxe 20

tratores. Ele distribuiu-os a quem quis e, isso aí, houve muita gente que... Se calhar, um dos problemas... As pessoas de Pedrógão tiveram sorte, porque houve muita gente que veio dar-lhes dinheiro porta a porta, mas isso também criou um mal-estar entre os próprios vizinhos.

Isto é, há coisas que nem a Câmara nem o Estado controlam. Há coisas que fogem ao controlo e, nesse sentido, em termos agrícolas houve pessoas que foram apoiadas individualmente por outras pessoas, mas é impossível o Presidente da Junta ou o Presidente da Câmara saberem quem é que recebeu os tratores, até porque as pessoas que os recebem também não querem dizer. Muitas vezes não dizem.

Nesse sentido, se calhar, teria sido útil que o Ministério da Agricultura, quando comunicasse às pessoas, dissesse o que é que estava a pagar. Numa parte final, fê-lo, numa parte inicial, e a meio, penso que não o fez.

Depois, não sei se foram verificar — e acho que poderá ter falhado essa verificação — se a pessoa repôs, ou não, porque houve quem entendesse que aquilo seria uma indemnização e não uma reposição. Essa parte, se calhar, compete ao Ministério da Agricultura ver, ou não, mas não posso dizer. Aquilo de que tenho a certeza, porque assisti, é que, se calhar, em todas as aldeias — se falhou foi por culpa daquela família ou por um lapso informático —, 9 em cada 10 famílias receberam.

Volto a dizer que havia pessoas com muito mais prejuízo e que preferiram assumi-lo para terem uma coisa sem burocracia. Neste caso, isso foi ajudado pelo facto de o REVITA ter assumido. Nem sequer estava no critério do REVITA, mas alguém tomou essa decisão, que, se calhar, analisando bem, viola até o regulamento. Mas alguém tomou essa decisão e posso dizer-lhe que, para as pessoas de Pedrógão, e para todo o lado, foi prático, mas, se calhar, não era isso que estava previsto e outras coisas podem ter ficado por fazer. Mas não me quero pronunciar sobre isso.

Relativamente a outras medidas, acho que em Pedrógão, como noutros concelhos — e agora vimos o caso dos vizinhos de Oleiros —, aquilo a que assistimos é que o Estado diz que quer que se façam as faixas de gestão de combustíveis, mas é em propriedade privada. Por exemplo, há uns anos, ouvi dizer que havia umas faixas intermunicipais, ou faixas regionais, mas acho que nunca vi nenhuma na minha vida. Já visitei os concelhos e não... Se calhar, se houvesse uma dessas entre Pedrógão, na serra, e o Viso, que delimita os concelhos de Pedrógão e de Castanheira, o fogo não teria passado para Castanheira, mas aquilo são terrenos privados. Isto é, as pessoas têm lá plantações, têm lá árvores, têm lá tudo e o Estado também não pode dizer «agora não fazem aqui plantações». Quer dizer, já não se pode construir, se não se pode plantar...

O Estado tem de repensar, sobretudo nessa questão das faixas e dos grandes fogos, o que pretende fazer, em termos regionais, de combate e de prevenção, porque em termos municipais é fácil.

Às vezes costumo dizer ao meu colega, que é engenheiro florestal, que, neste momento, a pior profissão na câmara municipal é a de engenheiro florestal, porque é ele que tem de ir ter com as pessoas e dizer «agora vamos cortar aqui as árvores e você vai ficar todo contente, não é?!». O Sr. Victor, por exemplo, para se cortarem as árvores dele — e até é uma pessoa que conheço —, já chamou umas quantas vezes a GNR (Guarda Nacional Republicana), porque ele entende... Só para terem uma noção, ele tem uma zona, com uma extensão de 1 quilómetro, em que os únicos pinheiros que não arderam foram os que estão junto à estrada e que apagaram o fogo, mas agora passou a faixa e cortou-lhos. Agora vá lá dizer ao homem, que ficou sem aquilo tudo, que lhe cortaram o resto dos pinheiros!

Isto é, as câmaras municipais têm de cumprir a lei, porque se não a cumprem têm problemas e vamos todos a tribunal, mas, por outro lado,

alguém tem de fazer as faixas! E depois anda lá o engenheiro florestal, com o senhor da GNR, a dizer isto às pessoas.

Neste momento, nas faixas, há um problema mais grave do que o dos eucaliptos, que tem que ver com a questão das infestantes, e no outro dia até ouvi falarem disso aqui. Nós temos uma infestante, no sul do concelho, que abrange já 10% do concelho, que é a acácia, uma espinhosa onde nem os javalis entram. Nem os javalis lá entram e 10% do concelho de Pedrógão já tem aquilo, que se está a espalhar em várias zonas.

Recentemente, há cerca de um mês e meio, dois meses, vi uma reportagem sobre a estrada nacional n.º 236, entre Pedrógão e Castanheira, a dizer que não estavam feitas as faixas de gestão de combustíveis. Realmente, olhávamos para aquilo e, quando não eram os eucaliptos, eram as acácias que apareciam nas faixas, mas foi feita no ano passado. O problema — e posso dizer que tenho o «cartão das curas» e costumo ir curar acácias e eucaliptos — é que, na maior parte, o Estado e as câmaras estão a gastar dinheiro muito mal, porque o que deveria acontecer era isto: feito o concurso público, eram cortadas as árvores; ao fim de quatro meses passava uma cura, que queimava 60% das infestantes, acácias ou eucaliptos; dois ou três meses depois passava a segunda cura, que queimava mais 35% das infestantes; e, passados mais quatro meses — embora tenhamos de ter em conta a questão do inverno, porque podemos estar a fazer uma cura e a chuva lavar tudo, e aí só estamos a pôr o produto no solo —, fazer a última cura, a terceira, que apanha o resto.

O meu sogro tem uma propriedade com 10 hectares que, há oito anos, estava infestada com acácias, e, ao fim de três anos, desapareceram. Em dois, três anos, desapareceram, com as três curas. Veio o fogo e aquilo parecia uma plantação de erva, como se fosse um relvado. Em dois ou três anos elas desaparecem outra vez. O problema do que o Estado está a fazer com as faixas de gestão de combustíveis é estarmos a fazer concursos para cortar.

No ano seguinte, voltamos a fazer um concurso para cortar e, no ano seguinte, fazemos mais um concurso para cortar. Esse é que é o erro grave.

Vou dar este exemplo: a Câmara de Pedrógão recebeu fundos comunitários para vários projetos, sendo que um era de galerias ripícolas. A própria previa, junto àqueles 10 metros da galeria, a cura dos eucaliptos e a cura das acácias. Nesse sentido, qual era o erro do processo? Era o de que aquele projeto só tinha uma cura. Remediou, mas o problema é que, como aquilo tem um prazo... Muitas vezes o que é dito é que tem um princípio e um fim, porque temos de pagar e fechar logo o projeto, e, às vezes, o que falta é o projeto ser a médio/longo prazo. Se aquilo tiver, por exemplo, uma duração, como teve a estabilização de emergência para Pedrógão, de dois ou três anos, e se estiver previsto o corte e depois as curas sucessivas, se calhar, aí, compensa.

Uma das coisas de que Pedrógão e os outros municípios beneficiaram muito foi da parte do projeto, financiado pelo Estado, das galerias ripícolas e das faixas de gestão, da parte da estabilização de emergência, que o concelho nunca tinha tido. Já tínhamos tido outros fogos e nunca tivemos esse tipo de apoios. Houve ali situações que já foram boas, mas acho que podem ser melhoradas.

Na Câmara continuamos a fazer isso, mas vemos o que acontece nas Infraestruturas de Portugal, como por exemplo no IC8 ou noutros, que estão sempre a fazer cortes. Com as acácias há cortes todos os anos, isto é, estamos ali a ter... E depois, no caso das infestantes, dizemos que vamos cortar 10 metros da faixa da estrada, mas o problema é que, às vezes, aquela faixa de infestantes tem 20 metros ou 30 metros de largura. Nesse caso, deveria incluir toda a faixa da infestante.

Estas são situações que acontecem no dia a dia e, depois, por não se poder fazer mais do que os 10 metros, aquilo vai continuar todos os anos. A meu ver, o que às vezes falta neste tipo de situações — embora tenham

aparecido alguns projetos que resolvem as coisas — é uma continuidade e o fechar de um ciclo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Vicente.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Há, realmente, uma falta de avaliação e de política de longo prazo, para além do imediato, no que diz respeito às intervenções florestais e há, até, ferramentas que são contraditórias. Os planos de transformação da paisagem nunca foram vertidos para dentro dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), a Estratégia Nacional para as Florestas é, também, discrepante dos PROF e dos planos de transformação da paisagem, e, portanto, há indicadores completamente contraditórios entre as diversas ferramentas de política florestal.

Há, também, insuficiências no que diz respeito a cada uma destas leis. É verdade que as faixas de gestão de combustível estão a ser planeadas e geridas de uma forma errada e, a meu ver, têm de começar a ser tratadas como ecossistemas que necessitam de intervenção planeada, como um ecossistema, porque, depois de cortar, alguma coisa vai crescer ali. Portanto, como o espaço vazio não existe, as acácias são o que brota mais rapidamente e, por isso, quanto mais faixas de gestão de combustível tivermos, maiores serão também os corredores de propagação de muitas plantas invasoras.

Mas já nos estamos a desviar do assunto central desta Comissão, que tem que ver com a aplicação de fundos, e, a esse respeito, não tenho mais nenhuma questão para lhe colocar, face às perguntas que já foram colocadas anteriormente e também em audições anteriores.

O Sr. **Presidente**: — Pelo Grupo Parlamentar do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado João Dias.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, aproveito para cumprimentar o Sr. Bruno Gomes e agradecer os esclarecimentos que já aqui nos prestou. Compreendemos a sua posição, aqui assumida, e que tem todo o direito de se remeter ao silêncio em determinadas matérias. De qualquer forma, gostaríamos de aproveitar a sua presença, porque, não tendo agora funções políticas, certamente conhece bem o território e o concelho a que nos reportamos, pelo que será possível obtermos algum esclarecimento relativamente a alguma matéria.

Nunca deixámos de dar a nossa apreciação relativamente a esta Comissão de Inquérito. O Sr. Bruno Gomes disse, aqui, que Pedrógão já tinha um grande incêndio, e depois foi fundamentando isso nas guerras políticas e pessoais. Nós até entendemos que esse grande incêndio se estendeu a esta Comissão, porque o PSD nada mais fez e nada mais quis do que acabar por trazer para esta Comissão a chicana política, numa situação, que rejeitamos, de transformar as vítimas em culpados. Criou-se aqui a ideia de que houve um aproveitamento, em certas situações, e de que todas estas vítimas passaram um pouco pelo crivo da corrupção e da ideia de fraude. Não compactuamos com ilegalidades, com erros que, a terem acontecido, devem ser apurados, devem ser corrigidos, mas entendemos que há locais próprios para fazer esse julgamento e é para isso mesmo que servem os tribunais.

Não entendemos que esta Comissão sirva de homenagem a estas vítimas. Não serve de homenagem, certamente, porque, para servir, teríamos de nos preocupar com o que faltou ou com o que está em falta para apoiar, e não com possíveis erros — porque é aquilo que tem sido explorado, principalmente pelo PSD — num processo tão complexo e tão sensível como este. Não nos podemos esquecer de que tem havido grandes incêndios em Portugal, e em outubro houve um com uma dimensão bastante maior, em

termos territoriais, onde também se verificou um aspeto com grande dimensão, que foi a perda de seres humanos, com a morte de vítimas. Isso veio criar uma dimensão de sofrimento ainda maior nesta situação.

Por isso, não conseguimos entender, mas, legítima e democraticamente, aceitamos a apreciação feita pelo PSD e entendemos que o PSD deve fazer a mesma coisa relativamente à nossa posição e apreciação quanto a esta Comissão.

Por isso, quero perguntar-lhe algo que, para nós, é uma questão importante. Se quisermos ser sérios, num processo de indemnização e de apoios desta natureza, temos de olhar para o que tínhamos antes, para o que foi feito e apoiado e para o que temos. Já passaram mais de três anos. Temos de olhar, seriamente, e ver se todo esse processo veio, de alguma forma, colmatar o que se perdeu em todo este processo.

Por isso, quero começar por esta questão: o que é que falta ainda apoiar?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Bruno Gomes.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Na minha opinião, aquilo que falta apoiar... Pedrógão, como a nossa região, tem um problema grave em termos de economia: não somos atrativos nem temos capacidade... nem muitas empresas.

Se calhar, o que falta apoiar... Por exemplo, temos uma escola profissional e seria tentar criar um polo que puxasse empresários através dessa escola. Neste momento, para mim, a principal vantagem económica que temos, face à região toda, tem que ver com a natureza. Mais ou menos entre a Sertã e Figueiró dos Vinhos, existe uma zona, que é a região do médio Zêzere, que recebe mensalmente pessoas de países estrangeiros, que vêm viver a segunda ou terceira vida para Pedrógão. Neste momento, são eles

quem dá um alento a Pedrógão, na parte do turismo de habitação. Hoje, tanto em Pedrógão como em Figueiró, ou ali à volta, se calhar, encontramos tantas pessoas estrangeiras como locais.

Basicamente, temos grandes empresas na área da floresta. Temos a Enerpellets, que para nós, em Pedrógão... Tivemos a Enerpellets com a Duofil, que era uma empresa de tubos PVC, ambas recentes. Nos dois anos em que funcionaram, Pedrogão, que é, se calhar, o segundo concelho mais pequeno de Leiria, era o sexto ou o sétimo mais exportador, entre a Enerpellets que exportava *pellets* e os outros que exportavam PVC. Veio a crise de 2009 e o PVC entrou em *layoff*, praticamente, trabalha muito pouco; depois veio o fogo e a Enerpellets ardeu toda, passando por uma dificuldade muito grande por causa das seguradoras, que ficaram com uma parte dos fundos.

Penso que, de tudo o que havia em termos de empresas, todas se repuseram e, se calhar, algumas até estão melhor e contrataram mais gente. O que nos falta, também, são pessoas e capacidade de criar. O problema, neste momento, é que os jovens até conseguem tirar cursos superiores, mas isso é o primeiro passo para não ficarem. Isto é, muitas vezes, fica quem não tirou curso superior, porque fica na floresta ou, se calhar, como eu, que tive a felicidade de ter um emprego público. Já o meu irmão Paulo teve a infelicidade de ter de emigrar. Ou seja, muitas vezes consoante os cursos, os jovens acabam por não ficar.

Nesse sentido, acho que há uma parte social e de turismo que está a ser altamente penalizada. Por exemplo, poderíamos olhar para as albufeiras como *resorts* turísticos, mas, em termos legais, sobretudo com a questão dos fogos, assistimos a isto: em Pedrógão, temos uma vista fabulosa sobre a albufeira, mas, neste momento, as regras são altamente restritivas por causa dos fogos. Para se fazer uma casa naquela zona não urbana, com vista para a albufeira, a pessoa tem de ter 3 hectares e mais um conjunto de

características. Enquanto na orla costeira temos problemas por causa da subida do nível das águas, nas albufeiras não temos isso.

Por exemplo, no rio Zêzere, entre Tomar e a zona de Oleiros, de Álvaro, há um potencial extraordinário — extraordinário! — de turismo, e turismo de habitação. Se calhar, a regulamentação das próprias albufeiras deveria ser alterada para permitir mais o turismo, porque temos casas de pessoas que gastam meio milhão e um milhão de euros, que dão emprego a não sei quantas pessoas e que trazem turistas. Temos casas a serem vendidas por 300 000 € ou 400 000 € — casas que só têm esse valor em Lisboa ou Leiria — e temos um potencial que, neste momento, acaba por ser muito restritivo. Isto é, em termos de regras, é difícil, sobretudo por causa do fogo, que ainda veio a agravar mais a questão da edificabilidade em espaço florestal.

O grande atrativo que destas zonas é a sua beleza natural e a água. Porquê? Porque aquela é a zona que tem mais sol e mais água, não é uma zona deserta. Por exemplo, quando vamos da Sertã para Proença já começa a desertificar um pouco, e quando passamos de Figueiró para o lado de Penela já é muito chuvoso.

Nós temos um problema grave com o *Google*, porque cada vez que se pesquisa «Pedrógão Grande» no *Google* aparecem imagens de carros queimados e corpos com mantas por cima. Queríamos que alguém dissesse isso à *Google* ou que patrocinasse qualquer coisa que também mostrasse a barragem. Podíamos fazer atividades, porque sempre apareciam notícias dessas atividades e sabemos que quando aparecerem muitas notícias boas da paisagem as fotografias más vão desaparecendo. Mas, se calhar, precisávamos que houvesse esta alteração e esta vertente também nunca foi explorada por nenhuma câmara, ou terá sido por poucas.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Obrigado, Sr. Presidente.

Como se diz na minha terra, «sinto o chão a fugir-me debaixo dos pés», porque tenho de ir para outra Comissão e isto está muito complicado de gerir, embora não possa deixar de aproveitar a sua presença para lhe colocar algumas questões.

Já falou relativamente à agricultura e à floresta. Em concreto, e tendo em consideração os apoios nessas áreas, mais propriamente na da agricultura, gostaria que me dissesse se confirma esta ideia de obstaculização e de dificuldade no acesso aos apoios.

Havia um processo simplificado com um teto muito baixo, de 5000 € — e o PCP lutou para que fosse, pelo menos, de 10 000 €, porque assim já haveria outras condições para uma faixa maior de vítimas, que perderam bastante na agricultura —, e foi-nos transmitida a ideia, até por alguns depoentes, de que foram as perdas que se ajustaram às ajudas e não as ajudas que foram ao encontro das perdas que tinham acontecido.

Já agora, para além destas questões, gostaria que aflorasse as questões relacionadas com os serviços públicos, nomeadamente as zonas agrárias e os serviços de extensão rural, porque este incêndio, e muitos outros que já aconteceram, era uma catástrofe anunciada. Ou seja, a política que foi sendo seguida relativamente ao desinvestimento nos serviços públicos, ao desinvestimento dos sucessivos Governos no interior e no mundo rural, conduziu ao despovoamento e à criação de condições para que bastasse haver um incêndio para que acabasse por acontecer tudo aquilo que aconteceu. Nesse sentido, gostaria que nos pudesse esclarecer sobre os serviços públicos.

Uma outra área também muito importante tem a ver com a segurança. Apesar de não estar no objeto desta Comissão — é verdade, porque o PSD não colocou isso no objeto —, para nós, a segurança é um apoio fundamental.

Garantir que esta população, bem como a de todo o País, não volta a passar por um drama desta dimensão, tudo fazendo para evitar que os incêndios com que, ano após ano, nos confrontamos tenham estas dimensões, em termos económicos, sociais e de vidas humanas, é uma responsabilidade que temos. E isso resulta muito dos apoios, em termos de segurança e de prevenção de incêndios, que possamos ter.

Gostaria de saber se alguma coisa se alterou, ou não, tendo em consideração a lição que deveria ter sido aprendida com este incêndio.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Bruno Gomes.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Relativamente à questão do ajuste... Um terço das pessoas, pelo menos, baixaram, seguramente. Um terço daqueles 1000 baixaram o valor. Agora, também vou dizer isto sinceramente: se não têm baixado e se fosse até aos 10 000 €, que eu acho que seria o justo, o valor pago pelo Estado seria exponencialmente muito superior.

Sou uma pessoa que gosta de ser justa e, às vezes, há coisas que as pessoas não gostam de ouvir, mas acho, por exemplo, que no fogo de outubro as pessoas foram muito mais prejudicadas do que no fogo de Pedrogão, quanto a esta reposição. Foram muito mais prejudicadas!

Relativamente à questão dos serviços públicos, não notamos, diretamente, que tenhamos perdido qualquer serviço. Houve uma fase, lá atrás, em que acho que se calhar perdemos e, como já somos pequenos, quando perdemos nunca mais recuperamos. Agora, por exemplo, a autarquia precisa de um ou outro projeto local e acho que, muitas vezes, deveriam ouvir mais as autarquias, até nesses serviços. Vou dar o exemplo de um serviço que foi abandonado pelo Estado nos últimos 20 anos, que é a questão das linhas de água, em que ninguém sabe quem é o dono. Se calhar esse, sim, foi

abandonado e não há um pai, e estou a dizer-lhe isto até em termos de atividade profissional. Pela lei, sei quem é que as rege, mas, na prática, isso não se vê.

Relativamente à questão da segurança, o que tenho a dizer é que já vimos... Por exemplo, tínhamos Mação ali ao lado, que era o topo de gama na questão da prevenção e ardeu na mesma! Isto é, podemos ter tudo e mais alguma coisa, ter GPS do melhor, carros e mais não sei quê, mas... Vou dar-lhe o exemplo da empresa têxtil do meu sogro, onde fazia pasta de colchão. Ele sabia que tinha 7 minutos para entrar na fábrica quando houvesse um incêndio, porque a partir dos 7 minutos ele já não teria nada, e ele teve seis ou sete fogos.

O que é que isto quer dizer? Quer dizer que a grande lição que temos de aprender é, sobretudo, como matar o incêndio de início. Posso dizer-lhe que o irmão dele ficou sem a fábrica porque chegou lá ao fim de 20 minutos, ou de meia hora, ou de uma hora... E a fábrica que ele agora tinha, em Castanheira de Pera, ardeu toda há três meses. Porquê? Porque ele não conseguiu chegar antes dos 7 minutos, chegou muito depois e o problema é que sabemos que, num incêndio florestal, os primeiros 20 minutos são cruciais. A partir dos 25 ou 30 minutos...

Vou dizer-lhe: comecei a trabalhar com 13 anos, fui estofador e depois sapateiro, durante seis anos. Os meus irmãos eram nadadores-salvadores e bombeiros, mas eu nunca aprendi. A primeira vez que andei a apagar um fogo foi em Pedrógão Grande, a 17 de junho, e posso dizer-lhe que fui uma das seis pessoas que andaram a apagar o fogo que começou nas Regadas, aquele que dizem que foi o fatídico. Armei-me em campeão e fui por uma encosta abaixo com duas mangueiras de sulfatar pesticida, daquelas de matar as acácias, com água, a apagar o fogo, até que às 7 horas veio uma vertente e tive de correr à frente do lume. Caí, parti o telemóvel, andei 200 metros encosta acima e só não morri com o meu sogro por muita sorte, porque

quando chegámos ao cimo do Viso e começámos a descer aquilo já tinha ardido durante a tarde, porque senão também tínhamos lá ficado.

Há coisas que são imprevisíveis, mas sabemos que temos x minutos para atuar e acho que é nisso que, muitas vezes, continuamos a falhar. Quando temos um incêndio, se calhar, nós, os bombeiros ou mesmo os aviões... Por exemplo, em Pedrógão, numa altura, o fogo começou primeiro do que em Góis e vimos os helicópteros e os aviões a irem para Góis. Mas, então, o nosso começou primeiro e o outro é que levou os aviões? Pronto, mas os dois tinham de ser atuados, não é?! O problema disto é que chegamos a um ponto em que a função pública ou o Estado português também não consegue responder a tudo.

Mas volto a dizer: enquanto não atuarem nos primeiros 5, 10 ou 20 minutos, não há medidas que, depois, consigam minimizar isso, sobretudo quando não há faixas regionais. Nós, por exemplo, deveríamos fazer faixas de 150 metros ou de 200 metros na divisão dos concelhos, nas linhas de montanha, mas na maior parte dos casos são propriedade privada.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, quero apenas agradecer os esclarecimentos e pedir encarecidamente compreensão, porque não posso continuar presente nesta Comissão. Termino por aqui o meu questionamento, muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Costa.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Começo por cumprimentar o Sr. Bruno Gomes e por dizer que, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, compreendemos bem as questões que invoca para não responder a um conjunto de perguntas. Está no seu direito legal, do Código Penal e do Código de Processo Penal.

Como nota prévia, não deixamos de achar estranho que o partido que requereu potestativamente esta audição tenha perdido dois terços da mesma na pequena intriga politiqureira e na politiquice do concelho de Pedrógão Grande, mas isso também não deixa de demonstrar o que o Partido Socialista tem vindo a dizer, ou seja, que muito desta Comissão de Inquérito tem a ver com questões políticas e, como também já foi dito noutras audições, com vizinhos que se chateiam, com pessoas que mudam de partido e também com alguma vingança em algumas matérias aqui colocadas.

O Sr. Bruno Gomes falou aqui de que não tinha havido apoios públicos no REVITA. O REVITA tem um terço de apoios públicos, pois 2,5 milhões de euros do REVITA são fundos da segurança social e o remanescente, dois terços, são fundos do Estado. Pelo menos, deu a entender que o Estado é que deveria ter colocado.

E queria também dar nota de que tanto é apoio privado à parte da habitação como à parte da agricultura.

Primeira questão: como classifica os apoios do Estado, transversalmente, em relação a Pedrógão, nomeadamente no contexto em que foi preciso, como já aqui disse, decidir muito rapidamente? Era preciso tomar decisões muito rapidamente, com muita pressão pública, com muita pressão política, com um conjunto de membros do Governo e o Sr. Presidente da República no terreno.

Como avalia esta prestação da resposta dos poderes públicos, nomeadamente do Estado central?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Bruno Gomes.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Para ser verdadeiramente honesto, relativamente à questão do REVITA, não me pronuncio.

Se olhar, por exemplo, para o apoio às empresas acho que, se calhar, foi a primeira vez que atingiu uma taxa tão alta de participação. Se olhar, por exemplo, para a questão das linhas de água e da estabilização, não me lembro que tenha havido outras situações.

Relativamente à questão das vítimas, nem sequer falo sobre isso porque é indigno, mas quanto às infraestruturas públicas acho que foi extraordinário.

Nesse sentido, em boa parte, houve quase como que um comprar da dor. Numa primeira fase, estávamos todos feridos e eu senti essa resposta, acho é que houve coisas que ficaram por fazer. Na área da floresta, por exemplo, acho que não houve uma resposta, mas pode haver, porque o que ardeu, ardeu, e, no fundo, seria uma indemnização.

A grande resposta que pode ser dada é na forma de criação da nova floresta e quem está no Governo, ou quem lá estiver, poderá dar essa resposta, porque o que vamos precisar é, sobretudo, de saber qual a forma como vamos gerir a floresta. Se houver a criação de novas florestas mistas, sobretudo com espécies autóctones, temos de chamar os privados.

Vou dar um exemplo extraordinário, dentro da minha área profissional, que foi feito nos últimos três anos e que se chama BUPi (Balcão Único do Prédio). O BUPi permite: às câmaras, identificarem o proprietário para limpar a faixa; à Estradas de Portugal, identificar o proprietário para fazer uma expropriação; à câmara, notificar uma pessoa por causa de uma coima; à câmara, perceber quando não tiver aquele BUPi feito, porque já temos 30% do cadastro do concelho. Mas o que é que o BUPi trouxe de bom?

É um processo altamente simples, que pode errar 10% ou 15% no limite da propriedade, mas acerta em 90% e, se assim é, quando o Estado quer saber quem é o proprietário, acertamos, basicamente 9 vezes em cada 10, o que é muito bom. Isto é, não estamos a fazer um cadastro altamente qualificado, mas estamos a ter o primeiro cadastro. Isto foi uma coisa altamente inovadora e acho que foi um dos poucos decretos que toda a gente aprovou.

É um objeto de urbanismo, de floresta, extraordinário, que está a ser feito, mas, por outro lado, acho que tem uma falha. Por exemplo, houve agora concursos em que tratou os 10 municípios que estão como se fossem existentes. E o que é que sentimos disso? Nós não queremos criar gabinetes, porque já os temos, precisamos é de pessoal na rua para ajudar as pessoas a fazer levantamentos, e só 20% é que pode ser para a população, isto é, para recursos humanos. Nesse sentido, se calhar, para os 298 concelhos que não têm, é bom, mas para aqueles 10 que têm, somar isso aos objetivos de ter mais 30% ou 40% pode ser a «morte do artista», no sentido de que vamos fazer a candidatura e depois, quando chegamos ao final, só conseguimos mais 15% ou 20%.

Posso dizer-lhe que, numa primeira fase, temos 30%, mas esses 30% dão-nos, para aí, certezas a 60% ou 70% dos proprietários, porque depois vamos às Finanças e conseguimos ver os vizinhos. Isto é, foi criada uma ferramenta muito útil, mas penso que, em termos florestais, é aqui que está o grande busílis em relação ao que falta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra para prosseguir.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Bruno Gomes, em primeiro lugar sublinhamos que, ao contrário do que outros depoentes, até numa lógica pouco informada, em alguns casos, tentaram colocar, existe realmente uma aplicação do cadastro, que foi aprovada nesta Assembleia, no concelho de

Pedrogão. Não deixa de ser importante, também, a sua consideração de como isso é positivo.

Em relação a outras matérias de que se deve apostar na floresta, certamente que, depois, nas recomendações do trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito essa matéria pode e deve ser abordada. Contudo, atendendo à sua resposta inicial, podemos então concluir que, na sua maioria, os apoios chegaram ao terreno, nomeadamente ao nível das empresas, dos apoios públicos, da agricultura e também das habitações — sabendo que, nesta matéria, provavelmente, o Sr. Bruno Gomes não poderá responder — e que, do ponto de vista global, esses apoios foram fundamentais para o concelho de Pedrogão e para a reconstrução do próprio concelho. Podemos concluir isto, Sr. Bruno Gomes?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Bruno Gomes, faça favor.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Nós queremos sempre mais, mas estaria a ser ingrato se dissesse o contrário.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Bruno Gomes, se não puder responder compreendemos, mas poderá classificar como funcionava o apoio do REVITA? Como é que funcionava, como era o apoio, como é que era feito na Câmara de Pedrogão Grande?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, por favor.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Relativamente a essa matéria não vou prestar qualquer declaração.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Bruno Gomes, atendendo a que esta matéria é do foro do processo e atendendo também a que terá de responder sobre ela noutros fóruns, percebemos que esse é um direito que a lei lhe dá, mas não poderia deixar de fazer a pergunta.

Outra questão: tendo sido vereador ao momento de junho de 2017, qual era o sentimento vivido na Câmara Municipal nos dias a seguir a este trágico acontecimento, não só no concelho de Pedrogão Grande, mas em toda aquela região?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Quanto ao nosso sentimento, posso dizer-lhe que ia para lá do fúnebre, porque para além da questão de todos termos perdido — e perdemos — pessoas... Por exemplo, havia uma pessoa muito amiga que vinha à nossa casa e que nos ajudava em algumas tarefas. Essa senhora passava dificuldades e a minha esposa, que é advogada, ajudava-a. Posso dizer-lhe que para não perder tudo o que tinha, pois sabia que o fogo estava a chegar lá, ela perdeu a vida. Esta senhora tinha vendido uma propriedade, por pouco valor, mas foi aquilo que ganhou nos últimos anos e para não perder aquilo perdeu a vida.

Por isso, em Pedrógão, todos nós temos situações de amigos ou de familiares, diretos ou indiretos, que perdemos. Aquilo que sentimos, a seguir, foi que houve falta de organização em todos os aspetos. Nós nunca tivemos centenas de ovelhas sem palha ou sem erva, porque Pedrógão é um concelho verde e nunca tivemos nada disso. Há coisas que nós nunca vivemos.

A Câmara de Pedrógão tem os seus problemas. Tivemos problemas de falta de funcionários durante muito tempo, problemas de falta de chefias qualificadas, problemas de transição, um problema interno com afastamento de pessoas... A Câmara de Pedrógão tem uma assistente social, que, por acaso, naquele ano, se calhar, ainda estava como administrativa social, o que é interessante. Em Pedrógão tínhamos uma administrativa social, isto é, fazia a função de assistente social, tem o curso, mas ganhava como administrativa e ela teve de responder. Se calhar, ao fim de três semanas ou de um mês até ela precisou de ajuda.

Posso dizer-lhe que, em termos sociais, uma das coisas que falhou, a meu ver, foi a primeira semana, em que, praticamente as pessoas ficaram ali um pouco... Houve uma pessoa que vi, ao fim de quatro dias do fogo, que perdeu a mulher e as duas filhas, e eu, que pensava que já não sei quantas pessoas lá tinham passado, fui a primeira pessoa a lá chegar. Era uma pessoa que tinha feito uma casa há pouco tempo, um jovem que não era de lá, que foi lá fazer um casarão espetacular, numa zona muito bonita, ao pé da terra dos pais. O meu sogro também lá esteve e ficámos ali duas horas, sem saber o que é que havíamos de fazer. Choravam uns, choravam outros, o sentimento é esse.

Depois, foi criada uma resposta de saúde extraordinária, que, se calhar, não deveria sair tão rapidamente, deveria manter-se mais uns tempos, porque há pessoas que continuam a sofrer. Temos pessoas que, infelizmente, entraram em depressão, não sei se tem ou não a ver com o fogo, outras que têm vindo a falecer de um momento para o outro. Por exemplo, de repente, temos lá sete ou oito casos de cancro no pâncreas de pessoas que parecia que não tinham problema nenhum e, num ano, são seis ou sete pessoas que vão assim. Pessoas que conhecíamos e com quem parecia que estava tudo bem. Parece que há ali um fenómeno qualquer.

Há pessoas que continuam com depressão e têm de ser assistidas. Quem perde familiares, não é só por um ano, dois ou três que tem de ser acompanhado, porque temos situações muito complexas.

Depois, às vezes também há um profissional «pedintismo». Há pessoas que estão mesmo mal e depois há 3, 4, 5 ou 10 que fazem profissional «pedintismo». Infelizmente, e para vergonha de alguns, passam uma imagem que não é correta.

Neste sentido, o sentimento foi muito complexo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra para prosseguir.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Bruno Gomes, a minha pergunta era essencialmente sobre as respostas do município, sem querer entrar pelo sofrimento da população de Pedrógão Grande, que todos compreendemos. E aproveito para, novamente, manifestar a nossa solidariedade a toda esta população, que sofreu e continua a sofrer por este motivo.

Preocupando-me, a mim e ao Grupo Parlamentar do PS, a questão da saúde, pergunto-lhe que respostas foram dadas, naquele momento, na área da saúde e que respostas continuam a ser dadas agora. Parece-me importante todos nós termos esse dado, porque é algo que nos preocupa, bem como saber como foi também a resposta dada, no momento, às pessoas que estiveram mais debilitadas do ponto de vista da saúde.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, por favor.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Acho que foi criada uma equipa fantástica de psicólogos, médicos de saúde mental que acompanharam a situação durante bastante tempo. Aquilo que as pessoas têm dito é que, pouco a pouco, eles têm saído e não sei se é já a altura certa para isso.

Ainda esta semana estive com uma pessoa amiga que está bastante afetada e que vinha do psicólogo. Penso que é importante continuar porque há pessoas que ainda necessitam desse apoio psicológico.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem novamente a palavra.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Bruno Gomes, sendo uma matéria delicada, porque estamos a falar de pessoas, como classifica os apoios financeiros e as indemnizações às vítimas?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Bruno Gomes, faça favor.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Não tenho coragem para responder a isso. Não consigo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, talvez possa enquadrar a questão de outra forma.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Bruno Gomes, pergunto se considera que o processo correu de forma correta, de forma célere, e se considera as indemnizações corretas do ponto de vista dos valores colocados.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Bruno Gomes, tem a palavra para responder.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Acho que o processo poderia ter sido mais rápido. Relativamente aos valores, acho que não me devo pronunciar sobre isso. Tenho a felicidade de não ter morrido ninguém da minha família, mas houve pessoas que nos eram muito próximas e que faleceram. Agora, a minha resposta é esta: isso pode ser comparado com tudo o que se passou

para trás. Se compararem tudo o que se passou e aquilo que aconteceu agora, a resposta está aí.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, devolvo-lhe a palavra.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Bruno Gomes, a ideia que temos é a de que, comparativamente com outros casos anteriores semelhantes, as indemnizações foram significativamente superiores.

Não querendo alongar muito mais esta audição, até porque, para o Partido Socialista, obtivemos respostas suas que considerávamos cruciais, nomeadamente sobre a importância dos apoios e também sobre a importância do cadastro no concelho de Pedrógão Grande, pergunto: ao nível dos apoios, tem mais alguma coisa que queira acrescentar? Não tendo, agradecemos as suas respostas e enviamos novamente a nossa solidariedade à população de Pedrógão Grande.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Bruno Gomes, antes de responder, queria só recordar, em benefício da sua resposta face à pergunta formulada, que esta Comissão de Inquérito pretende, antes de mais, analisar a atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios. Este é o centro da nossa análise.

Tem a palavra para responder ao Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Relativamente aos apoios, volto a dizer que na área florestal talvez tenham falhado, mas nas outras áreas... As infraestruturas foram repostas, a agricultura poderia ter sido um bocadinho mais apoiada, mas, se olharmos e compararmos, não devemos ser ingratos. É esta a minha opinião, se bem que pode muita gente não gostar.

Todos nós queremos mais para a nossa terra, mas devemos ser coerentes e aquilo que eu vejo, comparando com outras situações, é que não nos podemos queixar.

Relativamente ao futuro, mencionou duas questões, a do turismo e das barragens e, sobretudo, a da floresta, que também têm a ver com a prevenção, e acho que essas medidas estão em falta. Quanto a isso, não tenho mais nada a acrescentar. Em termos de apoios, considero-os justos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, terminada a primeira ronda de perguntas, entramos agora na segunda ronda, sendo que as intervenções com as questões dos grupos parlamentares serão seguidas, com resposta conjunta no final.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Olga Silvestre, do Grupo Parlamentar do PSD.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Olga Silvestre** (PSD): — Sr. Presidente, em nome do PSD, começo por repudiar veementemente as palavras proferidas pelo Deputado do PCP, João Dias, que usou a expressão «chicana política» e as palavras «corrupção» e «fraude». Estas palavras são da responsabilidade de quem as proferiu e nunca poderão ser atribuídas ao PSD.

O PSD requereu potestativamente esta Comissão de Inquérito para averiguar a atribuição dos subsídios na sequência dos incêndios de 2017. E nos incêndios de 2017 não está só incluído o incêndio de junho, está também incluído o incêndio que ocorreu posteriormente, em outubro.

O PSD não está a fazer desta Comissão de Inquérito uma «caça às bruxas». Esta Comissão de Inquérito surge na sequência de várias irregularidades detetadas em vários documentos, sendo que um deles,

determinante e preponderante para que fosse requerida potestativamente esta Comissão de Inquérito, é o relatório do Tribunal de Contas.

Na sequência disso, também queremos dizer que as segundas habitações são da maior importância — e isso é reconhecido pelo PSD — para as regiões do interior, porque, como referi inicialmente, elas são o motor de desenvolvimento económico naquelas regiões e, também, um ponto de ligação entre a população e os seus filhos, que, por vezes, têm de sair para procurar trabalho noutros locais.

O problema está nas segundas habitações ou nas habitações devolutas que foram classificadas como primeiras habitações. Aí é que está o problema.

O problema está, também, no facto de terem sido recuperadas segundas habitações ao abrigo do Fundo REVITA enquanto outras não o foram, tendo sido canalizadas para o apoio dos municípios. Portanto, há aqui uma dualidade de critérios e a minha pergunta é a seguinte: concorda com o PSD em como houve violação do princípio da igualdade no caso das segundas habitações, uma vez que umas foram apoiadas pelo Fundo REVITA e outras não foram.

Queremos também expressar o nosso lamento por não estar disponível para responder às perguntas concretamente relacionadas com o Fundo REVITA, sobre a recuperação e reconstrução das habitações, mas respeitamos e compreendemos a sua posição.

Quero também dizer que o Tribunal de Contas, na página 12 do relatório, faz as seguintes observações: «O Fundo REVITA não é suficientemente claro. O Fundo REVITA não foi transparente relativamente aos donativos em espécie. Os municípios não cumpriram a determinação regulamentar de integrar no Fundo os bens que lhe haviam sido doados. A definição dos critérios e requisitos para o acesso ao Fundo REVITA não foi suficientemente participada e transparente, foi imprecisa, não se focou

integralmente nas necessidades sociais e na área da habitação também terão existido algumas irregularidades».

Pergunto: concorda com as afirmações que constam do relatório do Tribunal de Contas e que acabei de citar?

Posto isto, em nome do PSD, só me resta agradecer a sua presença, a sua participação e a sua parcial disponibilidade para nos prestar os esclarecimentos que entendeu fazer.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Costa, pediu a palavra para que efeito.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, para fazer um ponto de ordem à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, é só para lembrar o Partido Social Democrata do objeto desta Comissão, porque na última intervenção falou-se dos incêndios de outubro, mas, quando requereu a Comissão de Inquérito, o Partido Social Democrata falou única e exclusivamente nos incêndios de junho. Por isso, achamos estranho que tenha sido o próprio partido requerente a ter falado mal do objeto desta Comissão, sendo que o objeto desta Comissão é, única e exclusivamente, os incêndios de junho. Pretendia apenas retificar isto, porque me parece importante que o seja.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Bruno Gomes.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Normalmente, os técnicos das câmaras têm medo e têm uma má relação com o Tribunal de Contas. Pela minha parte, só tenho de reconhecer e elogiar o trabalho do Tribunal de Contas. Pessoalmente, só tenho a dizer isso. Relativamente ao conteúdo não me quero pronunciar, mas só tenho a agradecer e a elogiar o relatório.

Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está terminada a segunda ronda, pelo que entramos na terceira ronda de perguntas.

Pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Leitão, para uma intervenção máxima de três minutos.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Presidente, muito obrigado, mas a minha intervenção será, certamente, mais curta do que isso.

Como autarca que já teve, também, competências na área do urbanismo, pedia só ao depoente que fosse precisada uma questão falada na primeira ronda de perguntas.

Quando foi referido que teve competências e que foi vereador do urbanismo, mas que nunca despachou nem assinou nada enquanto vereador com pelouro, fiquei sem perceber se isso era por estar assumido que tinha determinados pelouros, mas que não tinha competências delegadas pelo Presidente da Câmara. Peço-lhe que precise isto, porque, por exemplo, eu fui vereador do urbanismo e das obras particulares no município de Coimbra e o vereador do urbanismo tem delegação de competências na parte do licenciamento de obras, embargos, etc. Não me irei alongar, mas, depois, o próprio presidente não pode praticar esses atos sem avocar o processo em si.

Portanto, para ficar claro, pergunto se diria que era vereador destas áreas, mas não praticava os atos por ter ou não ter delegação de competências eficaz.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Bruno Gomes, além de politicamente, juridicamente, quais eram as competências? Eram delegadas, não eram delegadas? Este esclarecimento foi pedido e faz sentido.

Faça favor.

O Sr. **Bruno Gomes**: — Não tinha qualquer delegação de competências. Nenhuma competência delegada. Zero.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, creio que ficou esclarecido.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, não havendo inscrições e tendo terminado a terceira ronda...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção de 3 minutos pelo Grupo Parlamentar do CDS, o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Presidente, mas não é uma intervenção, é só para apresentar uma explicação. Estive no Plenário, primeiro, e, depois, noutra Comissão, até este momento, e, naturalmente, não iria agora estar a introduzir questões sem sequer ter visto o curso dos trabalhos. Queria só dar esta justificação, agradecer ao depoente e dizer que, obviamente, depois vou ver o vídeo desta audição para saber o que se passou.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, agradeço especialmente a sua intervenção porque ela permite que quem nos está a ouvir possa perceber

que, muitas vezes, a presença ou ausência dos Srs. Deputados nas reuniões das comissões tem a ver com a presença em outras comissões, no Plenário, em outras audições, e que não resulta de outra coisa que não seja a acumulação de agenda. Portanto, ainda bem que pudemos prestar hoje este esclarecimento, e agradeço a sua intervenção, Sr. Deputado.

Antes de dar por terminada a nossa reunião, apresento os meus cumprimentos ao Sr. Bruno Gomes e agradeço a sua intervenção, percebendo completamente a sua posição processual e a necessidade de manter reserva em relação a um conjunto de matérias. Cumprimento também o Dr. Vítor Faria, que é uma presença mais habitual, embora hoje bastante silenciosa do que acontece na 1.^a Comissão, mas compreendo também a sua própria posição processual e agradeço a sua presença.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, amanhã, a audição inicia-se a partir das 17 horas. Até lá e boa tarde a todos.

Está encerrada a reunião.

Eram 19 horas e 5 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.